

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DE GÊNERO
ESPECIALIZAÇÃO EM GÊNERO E DIVERSIDADE

MAYARA LUANA DOS SANTOS FERREIRA

**PROFISSIONAIS DISCRIMINADOS: UM ESTUDO SOBRE PROFESSORES DO
GÊNERO MASCULINO**

Florianópolis
2016

MAYARA LUANA DOS SANTOS FERREIRA

**PROFISSIONAIS DISCRIMINADOS: UM ESTUDO SOBRE PROFESSORES DO
GÊNERO MASCULINO**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola vinculado ao Instituto de Estudos de Gênero do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola (GDE).

Orientador: Marcelo Vieira

Florianópolis
2016

MAYARA LUANA DOS SANTOS FERREIRA

**PROFISSIONAIS DISCRIMINADOS: UM ESTUDO SOBRE PROFESSORES DO
GÊNERO MASCULINO**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola vinculado ao Instituto de Estudos de Gênero do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola (GDE).

Aprovado em:

Banca Examinadora:

Profa (Orientadora)

Universidade

Profa (banca)

Universidade

AGRADECIMENTOS

Primeiramente aos meus pais; Miguel e Luciene. Meu pai que me ensinou a ter humildade, pois somos capazes de aprender com qualquer pessoa, independente do título que possuem. E minha mãe que me ensinou a persistência, ao correr atrás dos meus sonhos, mesmo quando parecem estar distantes da realidade.

Aos meus irmãos; Mari e Devid, que me ensinaram a questionar sempre, pois discussões fazem parte do nosso aprendizado.

Ao meu cunhado; Luiz Cláudio, que se fez presente nos almoços de família, sendo um bom ouvinte, mesmo quando minhas lamentações faziam parte do cardápio.

Ao meu sobrinho, Rafael, que mesmo antes de nascer, foi responsável por me trazer esperança, mostrando que nada é impossível, quando a força de vontade se faz presente.

As minhas amigas; Talita, Schay, Catele, Luiara e Ari, que foram compreensivas, quando a rotina de trabalho e pós-graduação, impediram minha presença nos nossos encontros.

Registro aqui também um agradecimento ao financiamento dado ao Curso de Especialização EaD, em Gênero e Diversidade na Escola, da UFSC, através do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE), sem o qual seria impossível a operacionalização de um curso com duração de dois anos.

Portanto, esperamos que essa especialização seja lembrada como um espaço luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

“Não deixe que seus medos tomem o lugar de seus sonhos.”
Walt Disney

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo estudar o trabalho docente de professores do gênero masculino alfabetizadores, analisando as representações de discriminação que afetam esses profissionais. Desde modo, procurarei compreender como os homens se percebem atuando nessa profissão dita puramente feminina. Num primeiro momento, vou buscar refletir sobre os papéis de gênero socialmente construído, estabelecendo padrões á sociedade. Analisando tais fatos, partiria para a discussão do perfil do docente, que designa o gênero feminino a profissão de pedagogia, excluindo assim o gênero masculino dessa área. Para tanto, quero trazer à tona as questões de masculinidade presentes na sociedade como um todo, bem como no meio educacional. Por fim, procuro trazer soluções para solucionar o fator histórico apresentado, de modo a acabar com o clichê de que somente as mulheres poderiam exercer a profissão de pedagogia, afim de compor um cenário capaz de extinguir as discriminações de gênero dentro do âmbito educacional.

Palavras-chave: Educação. Gênero. Professores Homens. Masculinidades.

ABSTRACT

The present study aims to study the teaching work of male literacy teachers, analyzing the representations of discrimination that affect these professionals. In a way, I will try to understand how men perceive themselves by acting in this purely feminine profession. At first, I will seek to reflect on socially constructed gender roles, setting standards for society. Analyzing these facts, I would start with the discussion of the profile of the teacher, who designates the female gender as the profession of pedagogy, thus excluding the male gender from that area. To that end, I want to bring to the fore the issues of masculinity present in society as a whole, as well as in the educational environment. Finally, I try to bring solutions to solve the historical factor presented, in order to end the cliché that only women could practice the profession of pedagogy, in order to compose a scenario capable of extinguishing gender discrimination within the educational scope.

Keywords: Education. Genre. Teachers Men. Masculinities.

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo estudiar el trabajo docente de los profesores de la instrucción masculina, el análisis de las representaciones de la discriminación que afecta a estos profesionales. De esta manera, trato de entender cómo perciben los hombres que trabajan en esta profesión dicta puramente femenino. En un primer momento, voy a llegar a reflexionar sobre los roles de género socialmente construidas, el establecimiento de normas para la sociedad. El análisis de estos hechos, iría a la discusión perfil del profesor que designa a la profesión de la pedagogía femenina, excluyendo así al género masculino esa zona. Por lo tanto, quiero poner de manifiesto los problemas de masculinidad presentes en la sociedad en su conjunto, así como en el ámbito educativo. Por último, trato de aportar soluciones para resolver el factor histórico presentado con el fin de acabar con el tópico de que sólo las mujeres pueden ejercer la profesión docente con el fin de componer un escenario capaz de extinguir la discriminación de género en el contexto educativo.

Palabras clave: Educación. Género. Maestros hombres. Masculinidades.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. PAPÉIS DE GÊNERO.....	15
3. PERFIL DO DOCENTE.....	22
4. MASCULINIDADES.....	25
5. CONCLUSÕES.....	30
6. REFERÊNCIAS.....	31

1. INTRODUÇÃO

A pessoa que vos fala, trata-se de uma professora, cujo sonho de ser educadora vem de uma infância onde se brincava de escolinha, no qual os alunos eram seus ursos e bonecas, os mais estudiosos e comportados alunos que uma professora desejaria.

O objetivo inicial do estudo partia de uma pesquisa quantitativa, expressando o número de professores do gênero masculino atuantes como pedagogos na prefeitura municipal de São José, município no qual trabalho a três anos. Partindo para uma entrevista com tais professores, podendo expressar o perfil desse professor e como ele lida com as pressões que a profissão exige e se realmente a questão de gênero interfere na sua carreira.

O desejo de realizar essa pesquisa, partiu de uma conversa com um professor do gênero masculino atuante na creche em que trabalhei no ano de 2016, onde esse colega relatou ter sofrido atitudes de discriminação ao longo da carreira, sendo que no caso dele os agressores seriam os pais dos alunos e as próprias colegas de profissão.

Devido diversos empecilhos durante o ano, principalmente pela própria sobrecarga de trabalho que a carreira exige, tal pesquisa não foi realizada como o programado inicialmente, partindo assim, para uma revisão bibliográfica sobre a temática gênero masculino dentro da Educação Infantil e das Séries Iniciais do Ensino Fundamental, no intuito de identificar como surgiu tais discriminações e porque ainda se fazem presente em nossa sociedade.

O gênero foi socialmente construído, ao longo da história, possuindo variações entre diferentes sociedades e em distintos momentos ao longo do tempo, constituindo-se em papéis sociais, modos de ser e de agir, desempenhados pelas pessoas conforme a cultura que pertencem, nas relações de poder encontradas na estrutura social (PEDRO, 2005).

O gênero é um elemento construído através das relações de poder estabelecidas entre os sexos, relações sociais que dão significado as hierarquias construídas em sociedade, que colocam o sexo biológico como um dos fatores de inserção ou exclusão.

Judith Butler (2001, 2003), afirma que os gêneros são construídos como resultado de performances, realidades construídas a partir de contextos que são naturalizados, porém processuais, ou seja, os gêneros são construídos através de atos que são continuamente reiterados socialmente, como por exemplo, a atribuição de nomes e termos a materialidade de características gênero.

A partir da naturalização dos gêneros, construiu-se a ideia de que a performance socialmente aceita é binária, ou seja, homem ou mulher, com parâmetros instituídos através de uma relação de coerência e linha de continuidade de ações unindo o sexo biológico, ao gênero, à prática sexual e ao desejo, construindo e legitimando uma matriz heterossexual por meio de discursos (BUTLER, 2003, p.38).

O que escapa desse binarismo é adjeto e repreendido socialmente. Segundo a autora, “*O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (...); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos.*” (BUTLER, 2003, p. 25).

Esse pressuposto é uma construção social com influencia do patriarcado, em que a figura masculina é a detentora de maior força nas relações de poder, legitimada pelo dimorfismo sexual (PISCITELLI, GREGORI, CARRARA, 2004).

O patriarcado deve ser citado ao se verificar um estudo onde o foco são as lutas dos homens por destaque numa profissão puramente feminina, mostrando que nem sempre a figura masculina é detentora de poder e que se faz necessário estudos que contradizem tais paradigmas que fogem das regras construídas socialmente.

Segundo Tilly (1994), sexo faz referência às diferenças biológicas entre machos e fêmeas, ao contrário de gênero, que se remete á cultura, classificação social entre masculino e feminino. Admitindo assim, a invariância do sexo, bem como, a variabilidade do gênero.

Importante relacionar os conceitos de sexo e gênero, para partimos pro estudo que evidencia as relações de poder presentes nas representações de gênero na escola. Entendendo então, que sexo diz respeito ao anatômico, a presença de órgão sexual masculino ou feminino. Já o gênero nos remete ao desenvolvimento das noções de masculino e feminino como construção social (BRASIL apud GRAUP, 2015).

Existe uma grande diferença entre os comportamentos e os lugares ocupados por homens e mulheres na sociedade. Essa diferença tem privilegiado os homens ou mulheres, na medida que a sociedade não tem oferecido as mesmas oportunidades e condições de trabalho para ambos (BRASIL apud GRAUP, 2015).

Onde assim podemos ver em uma série de exemplos no cotidiano das relações de gênero, homens são discriminados no exercício de profissões de pedagogos e de serviços gerais, enquanto as mulheres são discriminadas no exercício de profissões de motorista, engenheira e trabalhos braçais.

Segundo Louro (1997), a escola é masculina, pois ali se transmite um conhecimento que foi historicamente produzido por homens. Onde: linguagem, táticas de organização e classificação, procedimentos das disciplinas escolares, currículos, regulamentos, instrumentos de avaliação e ordenamento, são campos de um exercício desigual de poder, que hierarquiza e subordina os sujeitos que ali estão inseridos.

Em qualquer meio de trabalho e nas próprias relações familiares, temos uma hierarquia, que automaticamente se faz presente na rotina de trabalho, onde encontramos a presença de líderes e subordinados.

No ambiente escolar, temos uma presença hierárquica clara, no que diz respeito a comunidade escolar que influencia o poder maior que seria a direção escolar acompanhada do grupo de coordenação pedagógica. Porém quando temos uma presença quase que unanime de mulheres, os discursos se fazem voltados em defesa a mulher e ataque as atitudes profissionais dos homens, colocando a todo momento em teste o trabalho masculino ali exercido.

A educação infantil historicamente se apresenta como um espaço exclusivamente feminino, no qual a figura masculina é um tanto que rejeitada, excluída e discriminada diante da comunidade escolar. Por outro lado, os homens vêm ganhando espaço dentro desse contexto, que é demonstrado por um aumento no número de homens matriculados no curso de Pedagogia (EUGÊNIO, 2008).

A questão de gênero está atrelada a todos os meios de trabalho, desde a mulher que é discriminada ao exercer a profissão de taxista ao homem que é discriminado ao exercer a profissão de pedagogo. É corriqueiro acontecerem manifestações de preconceito devido a determinado gênero exercer uma profissão que historicamente era dominada por outro. Isso que ainda há um longo caminho até que nossa sociedade possa quebrar esses paradigmas e começar a extinguir essas ocorrências.

Muito se fala sobre a mulher no mercado de trabalho tendo que provar sua competência diariamente, pois muitas profissões não eram exercidas por mulheres e graças às lutas feministas, elas foram ganhando seus espaços na sociedade.

Porém, sem deixar de lado essa questão, pelo contrário, como uma consequência da própria configuração social que gera essas desigualdades, mas que às vezes pode ser pormenorizado, muitos homens também sofrem manifestações de discriminação. Diante de um enquadramento de: homem machista; homem agressivo; homem que não chora; e tantas outras características de um perfil enraizado. Aquele que não se enquadra é incumbido com o desafio de a todo momento provar sua masculinidade a uma sociedade que não aceita o diferente.

Profissões de prestígio e melhor remuneradas são mais associadas aos homens, profissões que são “másculas”, que exigem “atitude” e “força”, ou seja, profissões associadas à masculinidade hegemônica. Já às mulheres tendem a ficar reservadas as profissões de menor prestígio, profissões que tendem a ser associadas àquelas que seriam funções da mulher na sociedade, profissões da educação, do cuidado e afins. Isso também pode ajudar a explicar porque homens que buscam profissões comumente associadas ao feminino são discriminados, porque eles estariam “negando a posição de privilégio” dos homens.

A escolha profissional de um indivíduo do gênero masculino ou feminino se faz pelos mesmos motivos; influenciado por vários fatores intrínsecos e extrínsecos, que vão desde o amor pela profissão, às questões financeiras e até mesmo questões de moradia. Cabe saber, porque a escolha desse profissional apresenta ser respeitada, porém pós-formação, o profissional tem que enfrentar uma série de preconceitos (RABELO, 2010).

Precisamos compreender que tipo de profissional seria esse, que perfil e características possui. Pois nos faz refletir se esse professor do gênero masculino, se sente pressionado a provar o quanto é homem para acabar com o preconceito de que pedagogos seriam homossexuais, ou provar seu profissionalismo independente de suas características pessoais, de ser mais grosseiro ou de ser extremamente carinhoso.

Tanto homem como mulher, quando se refere ao ser professor, relatam ser o amor pela profissão o maior motivador para permanecer com esse trabalho. A questão financeira e qualquer outra são menos importantes na decisão de suas carreiras.

Porém no momento de ingressar no mercado de trabalho o tratamento varia conforme o gênero e passa despercebido o amor pela profissão e a competência desses profissionais, questão que a análise das relações de gênero na educação pode nos oferecer algumas respostas.

É preciso considerar a importância da atuação dos professores, ao se questionar valores sociais dentro de sala de aula. Assim, é importante salientar uma problematização sobre o posicionamento dos professores no ambiente de trabalho. Se pretende atuar reduzindo o papel docente a reprodução de papéis de gênero, da forma violenta como se presencia em muitos casos, ou se pretende questionar a naturalidade de algumas construções sociais afim de quebrar paradigmas.

Segundo Rabelo (2010), entre os motivos que levam os professores do gênero masculino a abandonarem a profissão estão: o fato de o professor ser mal visto pela sociedade; a dificuldade em buscar novas oportunidades na área pedagógica; sentir desiludido; querer diminuir a carga horária por sentir desmotivado pelos próprios colegas de profissão; dentre outros.

Vejamos o quanto a sociedade pode fazer um profissional desistir de um sonho, apenas porque é construída sobre papéis restritos de gênero a partir de uma construção social arbitrária baseada em uma configuração anatômica específica. Onde o gênero é um fator de decisão na escolha e permanência desse profissional no mercado de trabalho.

Sendo assim, esse estudo parte de uma curiosidade em compreender como professores do gênero masculino enfrentam os preconceitos gerados ao exercerem a profissão de pedagogos, conhecendo os papéis de gênero e efeitos da dominação masculina.

Faz-se necessária a discussão dos papéis atribuídos a cada gênero pela sociedade, para acabar com as desigualdades entre os gêneros, colocando em prática a ideia de direitos iguais tão falada e pouco executada. Com intuito que ambos tenham acesso a qualquer profissão e, quando necessário, sejam julgados pelo profissionalismo, sem levar em consideração a categoria gênero.

A prática na educação pode nos mostrar a quase inexistência de professores do gênero masculino atuando como pedagogos. E quando se têm um professor do gênero masculino, geram julgamentos precipitados de homossexualismo ou de pedofilia. Como se a sexualidade influenciasse no trabalho, desde uma ideia de que homossexuais seriam aqueles homens que não performam o

gênero masculino corretamente, em outras palavras, como se dissessem que aquele professor é “menos homem”.

Assim, partimos do pressuposto do porque ainda existe discriminação com os professores pedagogos do gênero masculino? Vemos uma quantidade mínima de professores se formando nos cursos de Pedagogia, contra partida, o número de mulheres se sobrepõe como maioria. Estaríamos nós como sociedade, excluindo sonhos de professores, devido a um clichê enraizado?

2. PAPÉIS DE GÊNERO

A categoria gênero vai além da questão biológica, a diferença vem acompanhada dos papéis que exercidos em sociedade e dentro de uma cultura que está inserida, para aqueles denominados enquanto homens ou mulheres. Diante dessa construção social e a racionalidade surgida das relações de poder entre os gêneros, a sexualidade e os papéis relativos ao feminino foram historicamente construídos em oposição ao masculino, mostrando-se como sexo frágil, desprovido de razão, oposto ao homem racional e chefe de família.

Os estudos de gênero vão servir para analisar a trajetória profissional dos homens professores, que atuam numa profissão construída no decorrer da história, como sendo patrimônio do gênero feminino (MONTEIRO, 2014).

O gênero vem sendo estudado de forma mais ampla, a partir de conceitos que ultrapassam as questões homens e mulheres, dando lugar às contribuições dos movimentos sociais que questionam a forma como se estabelecem essas relações. Portanto, esses estudos buscam combater concepções que subjagam as mulheres ao longo da história (SAYÃO, 2016).

O gênero apresenta-se como uma configuração analítica, se referindo as relações entre homens e mulheres, buscando explicações para as discriminações que sofrem as mulheres, que são sujeitas a papéis inferiores aos homens, subordinadas por eles por serem consideradas o “sexo frágil”. Porém, quase que inexistente os estudos que mostram a luta dos homens que precisam provar sua masculinidade ao exercer papéis exclusivamente femininos.

Segundo o pensamento grego, que configurou a cultura ocidental, o homem é o criador da ordem e da lei, enquanto a mulher está associada ao desejo e a desordem. Assim se configura uma inferioridade intelectual da mulher, onde a cidadania da mulher se faz por ser esposa de um cidadão (NOGUEIRA, 2001).

A mulher com seu poder de sedução, dependente da sua vaidade e incumbida das responsabilidades do lar e da família, se encontra distante das atividades mais intelectuais. Enquanto que os homens responsáveis pelo sustento da família, detentores de poder sobre a mulher e sobre os filhos, se encontra nas profissões de maior prestígio da sociedade.

A masculinidade contemporânea evidencia as vivências problemáticas como responsáveis pelos comportamentos violentos. Essa questão está atrelada as construções sociais de gênero, onde a concepção de sexualidade coloca o masculino como sujeito e o feminino como objeto, tentando justificar crimes que envolvam violência contra a mulher (MACHADO, 2001).

A necessidade do homem mostrar seu poder é uma atitude construída pela sociedade, onde temos um homem criado por uma figura feminina, que ao crescer se torna o dominador da sua mulher. Através de uma construção de homem que é natural a presença de manifestações de agressividade, de grosseria e até manifestações de violência.

É importante se falar das relações de gênero na Educação Infantil e Séries iniciais do Ensino Fundamental, quando a presença de manifestações de preconceito com o professor do gênero masculino é mais evidente num ambiente que esse profissional pouco atua.

No âmbito da Educação Infantil, conceito creche se baseia no conceito de infância, saindo do assistencialismo indo de encontro ao cunho pedagógico.

Segundo Pereira (2014), “*O conceito de infância hoje decorre de uma forma de organização da sociedade que supõe proteção, manutenção física, suporte afetivo por parte da família e ações socializadoras das demais instituições na inserção social dos pequenos.*”

As questões de gênero são parte central da vida social de um indivíduo, juntamente com as questões de classe e raça, que ajudam na organização de nossas vidas e das instituições como um todo. Fazendo parte da construção de um entendimento de como os poderes são distribuídos em sociedade (OLIVEIRA, 1998).

Podemos observar que os poderes seguem um padrão na forma como são distribuídos em sociedade, onde o gênero masculino geralmente busca profissões como engenharia, detentoras de maior destaque e retorno financeiro, do que na área pedagógica considerada típica para o gênero feminino e de menor reconhecimento.

Bourdieu ressalta o aspecto mágico que essa forma naturalizada dá aos homens, como indiscutível, mesmo porque em cima da obviedade desenvolvem-se maneiras sistemáticas de comprovar a lógica dessa arbitrariedade que em muitas vezes não se questionam como tal por também serem providas simbolicamente de prestígio, o topo da hierarquia de uma ordem social que imprime nos corpos e nas mentes uma realidade indissociável do corpo enquanto sexual. (BOURDIEU, 2014, p.24)

A esse respeito, Bourdieu declara que “*na forma de hexis corporais opostos e complementares e de princípios de visão e divisão, que levam a classificar todas as coisas do mundo e todas as práticas segundo distinções redutíveis à oposição entre o masculino e o feminino*” (BOURDIEU, 2014, p.41).

A partir desse entendimento do gênero enquanto construção social, é possível desconstruir hierarquias e formas de dominação enraizadas por um processo histórico que se faz presente. A dominação do homem pela mulher, o papel da mulher como dona de casa, os perfis de homens e mulheres já pré-estabelecidos, que se estendem ao mercado de trabalho com profissões designadas a cada gênero.

Partimos da dificuldade lógica em estudar as relações de gênero, diante das manifestações culturais influenciadas por esse estudo, onde nossas estruturas mentais inconscientes já estão

enraizadas num processo histórico que delimita regras e princípios norteadores de toda uma sociedade (BENTO, 2015).

A forma como percebemos o mundo a nossa volta, é histórica e culturalmente concebida. Pessoas terão percepções do seu corpo diferentes dependendo do local que foram criadas, pois a cultura é parte fundamental nessa formação. A história também se faz presente na nossa construção como ser humano, que se configura através de uma geração que será modificada diante de algo que já foi construído. Porém, cabe ressaltar que construções sociais como machismo e homofobia apresentam-se em qualquer lugar, independente da cultura que se está inserido.

Para Bento (2015, p.59), *“O corpo já nasce imerso em determinadas relações de gênero. A leitura que fazemos da relação entre natureza e cultura já é efeito das verdades construídas socialmente para os gêneros.”*

Portanto, a questão do gênero é construída pelos indivíduos que percebem seus corpos, através de uma influência que vai depender do ambiente que estão inseridos e da linhagem histórica a que pertencem.

Historicamente temos uma desigualdade na divisão de trabalhos entre homens e mulheres, desde as tarefas do lar se estendendo ao mercado de trabalho. Onde se configura a mulher como responsável pelas tarefas do lar e o homem como responsável pelo sustento da casa, chefiando as grandes empresas. Para tanto não podemos ser influenciados por esses fatores em nossa compreensão sobre os papéis gênero, pois não justifica as discriminações que ocorrem com determinado gênero na sua atuação profissional.

Existe uma divisão em gêneros no mercado de trabalho, comumente chamada de “divisão sexual”, quando o trabalho das mulheres é associado a esfera reprodutiva e o trabalho dos homens a esfera produtiva (MONTEIRO, 2014).

No que vemos a associação do feminino à função de mãe, de cuidadora, com reprodução de características que remetem a uma condição biológica intrínseca às mulheres, entendidas enquanto “fêmeas”, ou seja, são “amorosas” e “gentis”, “ligadas fortemente às crias”, estas necessárias à função de mãe, com características que impedem as mulheres de exercerem determinadas funções, por elas serem “impulsivas”, não terem a “hombridade”, imprescindíveis aos cargos ocupados, naturalmente assim, por homens (MONTEIRO, 2014).

Sendo assim, quando a educação das meninas está associada à esfera reprodutiva e ao trabalho doméstico, acaba naturalizando uma área de atuação exclusivamente feminina dentro de funções no mercado de trabalho que exigem uma atuação feminina, como a profissão de pedagogia.

Essa naturalização de papéis em sociedade e no mercado de trabalho, na qual, mulheres ainda são vistas como responsáveis pelo trabalho doméstico e do cuidado com as crianças, e o homem tende a ter a responsabilidade pela maior parte das despesas financeiras da família, acaba por impor papéis a se desempenhar em sociedade tendo como principal critério o gênero.

Segundo Monteiro (2014), “A “*desnaturalização*” da divisão sexual das profissões foi possível a partir dos estudos feministas, dos estudos de gênero e da consideração do gênero como categoria analítica.”

A construção social do gênero fez uma separação dos homens e das mulheres, moldando características específicas para cada um, onde a mulher, considerada o sexo frágil, seria delicada, estudiosa, prezada, ótima mãe; esposa e dona de casa. O homem por sua vez, seria grosseiro, rude, dominador, explosivo, trabalhador braçal e intelectual.

Apesar de que nossa vivência cotidiana ateste a persistência dessas relações desiguais, fruto de uma condição de dominação masculina que prevalece em nossa sociedade, admitimos que o ser humano, o qual vai muito além dessas limitações socialmente impostas, baseadas em diferenças biológicas, deve ser tratado com igualdade de direitos.

Existe uma dominação dos homens pelas mulheres, uma dominação que exerce tanto dentro da esfera privada ou pública e atribui aos homens certos privilégios culturais e simbólicos (WELZER-LANG, 2000). A dominação das mulheres pelos homens é uma condição antiga que acarreta uma série de desigualdades, na qual os homens levam vantagens salariais, de credibilidade, entre outras.

Na prática, dentro dos pressupostos da cumplicidade e da questão chave da dominação que se refere à adesão dos dominados, os indivíduos em suas rotinas não apreendem a dominação como algo formador de sua realidade. Logo, não se percebem enquanto submissos e não lhes ocorre haver um dominante. Quando essa estrutura fica evidente, mesmo aqueles em posição subalterna, por mais que reaja de formas variadas, são vencidos pela aceitação.

Segundo Bourdieu “*quando seus pensamentos e suas percepções estão estruturados de conformidade com as estruturas mesmas da relação de dominação que lhes é imposta, seus atos de conhecimento são, inevitavelmente, atos de reconhecimento, submissão*” (BOURDIEU, 2014, p.27).

A partir do instante em que nossas opiniões são automáticas, sendo baseadas numa repetição de hábitos e atitudes construídos por sociedade, inevitavelmente nossos atos são submissos a relações de poder impostas culturalmente e historicamente.

A questão de gênero atrelada à Educação Infantil e anos iniciais, perpassa as relações em sala de aula, para a realidade do quadro pedagógico. Onde devido um fato histórico, a pedagogia se configura uma profissão exclusiva do gênero feminino, em que mulheres são responsáveis por cuidar e educar os filhos, portanto cabem as elas a função de ensinar as crianças no âmbito escolar.

Sem negar o histórico, temos que acompanhar uma transformação de toda uma sociedade. Onde Educação Infantil hoje se configura estritamente pedagógica, existe uma grande preocupação

no ensinar, através de argumentos pedagógicos para cada proposta realizada, atrelando as questões do cuidar com o educar.

A questão de gênero dentro da Educação Infantil ultrapassa as questões de sala de aula para o local das salas dos professores, ou no caso, sala das professoras como se configura atualmente. Onde historicamente o quadro da Educação Infantil é dominado por mulheres e negado aos homens, refletindo a rendição de um sexo forte a imperativos econômicos, sociais e culturais (FLORES, 2000).

O preconceito se configura numa esfera cultural, portanto não são somente os pais dos alunos que têm atitudes preconceituosas com relação a deixar os filhos com um professor do gênero masculino nos períodos de Educação Infantil. Essas manifestações discriminatórias acontecem também dentro da sala das professoras, que ao receberem um professor do gênero masculino, colocam em dúvida sua masculinidade, através de acusações de homossexualismo e pedofilia.

Na pesquisa de Gonçalves (2015), vemos uma discrepância de opiniões. Algumas mães não gostam da presença masculina com suas filhas, outras discordam e acreditam que é o profissionalismo que importa independentemente de gênero, gostar do que faz e desempenhar seu papel é o mais importante. As mães que discordaram, são motivadas pela questão da higiene ser realizada por um homem, situações que na visão delas deveriam ser atendidas apenas por pessoas do gênero feminino.

A questão do professor do gênero masculino tratar da higiene das meninas dentro da Educação Infantil, pelo que podemos observar no próprio exercício da profissão, é uma questão que incomoda não apenas os pais, como também os próprios colegas de trabalho, que reagem com estranhamento quando um professor do gênero masculino, quer realizar tal tarefa.

Devemos acreditar no profissionalismo do indivíduo que trabalha conosco, enxergá-lo como um colega de profissão que deseja realizar um bom trabalho e que objetiva o desenvolvimento das crianças. Porém quando se tratando de um homem, a todo momento esse professor se vê obrigado por sociedade, a provar sua masculinidade e seu profissionalismo, podendo prejudicar seu trabalho devido a pressão psicológica que enfrenta.

A ambiguidade da profissão se revela entre a função materna e a função docente, onde a presença feminina se faz óbvia e a presença masculina é desvalorizada, onde o universo masculino de trabalho se remete a serviços braçais e empresariais, e o universo feminino de trabalho se remete as questões domésticas e do cuidado as crianças (HADDAD, 2012).

A atuação de professores homens na Educação Infantil configura um verdadeiro tabu de gênero, de onde podemos, a partir de algumas manifestações de preconceito, a reprodução de estereótipos de gênero vindos dos lares das crianças e influenciando a prática profissional. Quando existe uma rejeição dos papéis serem ocupados pelo gênero masculino em não conformidade com a atividade profissional tradicionalmente exercida.

A educação vem sofrendo mudanças no decorrer das décadas, pois a sociedade está em constante transformação. Assim, as escolas têm que se adaptar a todas configurações de família, a novos métodos de ensino, a novas ideias de professores, a novos perfis de profissionais. Porém, percebemos que a transformação vem ocorrendo de forma rápida fora dos muros da escola, já no âmbito escolar muitas coisas ainda são arcaicas.

Portanto, por mais que hajam ganhos na sociedade, devido às lutas feministas e a luta de pessoas LGBT, alguns redutos da sociedade permanecem quase inalterados e grandes reprodutores dos preconceitos se fazem presentes em todos os alicerces apresentados.

Os modelos socialmente construídos das mulheres cuidadoras e dos homens provedores, gerou uma incapacidade dos homens em atuar como educadores na Educação Infantil, visto que, parecia ser uma característica inata para mães, não podendo ser aprendida por outro indivíduo que não exerce o papel de mãe em casa (SAYAO, 2005).

Quando professores do gênero masculino atuam na Educação Infantil o preconceito se manifesta, apresentando-se como uma pretensa insegurança por parte dos pais no momento da higiene do seu filho (a) ser realizada por um homem. Que segundo o perfil construído em sociedade, trata-se de um indivíduo com características grosseiras, rudes e carrega nas costas uma série de outros marcadores da sociedade, como a questão da pedofilia.

A luta por diminuir as desigualdades, aceitar as diferenças e tornar o diferente um fator de riqueza para sociedade e não um motivo de discriminação, não deve nos deixar esquecer que mesmo com as lutas, as desigualdades perduram a ponto de destruirmos sonhos devido a questões de gênero (WALZER, 2000).

Quando nos referimos a sonhos, estamos apontando para aqueles indivíduos, homens ou mulheres, brancos ou pretos, religiosos ou ateus, que desejam, planejam e estudam para se tornarem professores, os mestres de ensino, responsáveis pela escolarização básica de todos os indivíduos que vão ingressar as mais diversas carreiras.

As profissionais mulheres estão a todo o momento tendo que provar suas qualidades, se mostrando capazes de realizar profissões puramente masculinas, para adquirirem credibilidade e acabar com o preconceito. Assim, também deve se ter a luta dos homens, para não se pode deixar acontecer o mesmo em um ambiente que é majoritariamente dominado pelas mulheres.

As relações de gênero na escola podem reproduzir estereótipos, preconceitos e até mesmo novos valores e atitudes que engrandecem as visões dominantes sobre homens e mulheres. Deve se ter uma preocupação dos professores com relação às questões de gênero presentes no espaço escolar, pois o professor pode propiciar liberdade de expressão e convivência harmônica com as diferenças presentes em sociedade (PEREIRA, 2014).

Precisamos destruir os discursos normalizadores, que rotulam a escola, o que se reproduz em toda a sociedade. Onde as questões de gênero quando não condiz com a lógica dominante, são

considerados desviante do padrão, por isso são exclusas, configurando manifestações de preconceito que poderiam ser evitadas por uma população mais respeitosa quando nos referimos a diferença como enriquecedor de uma sociedade.

Segundo Gonçalves (2015, p. 139), *“Depois de as representações sociais serem construídas e internalizadas, torna-se difícil á pessoa agir de maneira diferente, porque sofrerá cobranças por parte das outras pessoas que compõe o seu círculo de convivência social.”*

Assim, é importante considerar a dificuldade em se desconstruir fatores tão enraizados em sociedade, porém não podemos eliminar a importância na mudança desse quadro, quando a transformação da sociedade depende desse processo para se aplicar novos princípios.

O trabalho de professores de qualquer gênero tem muito a contribuir no espaço de Educação Infantil, onde são formados os indivíduos, para que eles não reproduzam o preconceito. Assim, professores do gênero masculino, estando ambiente puramente feminino, tem papel fundamental nesse processo de construção social, desconstruindo os papéis de gênero da forma como existem hoje.

Segundo Alencar (2015), é importante para as crianças a convivência com mediadores tanto do gênero masculino como do feminino, para que tenham a oportunidade de conviver com as relações que permeiam a escola e a sociedade, interação que está presente em todos os meios dentro e fora do âmbito escolar.

Precisamos de professores sem qualquer distinção de gênero, que vão à busca de atualização, cursos de formação continuada que contemple as questões de gênero, tendo em mente um professor que busca conhecimento em vez de somente transmiti-lo.

Se uma pessoa termina seu segundo grau, realiza concurso público ou processo seletivo para sua área, ou seja, passa por todos os testes que a legislação exige. Comprovando que são profissionais habilitados para exercer suas funções, cabe a população exigir que esse profissional exerça sua função com êxito, sem apagar as diferenças, de gênero, religião ou raça, diferenças que só enriquecem as relações sociais.

3. PERFIL DO DOCENTE

O papel da mulher em sociedade decorre de uma configuração histórica, que coloca a mulher com o papel socialmente elaborado, com caráter de “natural”, de reprodutora da espécie e de cuidado aos filhos, ou seja, uma mulher detentora das funções de mãe e esposa, dando a ela uma inferioridade intelectual (NOGUEIRA, 2001).

Tal ideia está ligada à concepção de o gênero ser ligado naturalmente a fatores biológicos, o que reforça uma superioridade ao que é masculino, gerando manifestações de violência nesse processo de imposição de papéis. Isso ocorre quando se constrói uma organização social baseada nas diferenças entre os gêneros, uma construção social que é arbitrária, com valor de natural, mas que sua imposição como tal se faz por meios violentos para se manter.

Dentro de cada área de trabalho se configuram perfis que são construídos socialmente e culturalmente. Na Educação, temos o perfil do que seria o profissional “padrão” para a função, onde aparece do gênero feminino, uma professora de pré-escola, que se configurou segundo Mello (2004) *“por uma mulher adulta, ainda jovem (30-39 anos), casada e com até dois filhos. Tem diploma de ensino médio ou de magistério.”*

Como professora, atuando na área da Educação Infantil, vejo a predominância de mulheres, sendo que elas mesmas reproduzem preconceitos que acontecem em sociedade, como o fato de estarem ali por não ter tido opção, ou como última opção de carreira, que ao ser mulher e principalmente sendo mãe, facilitaria ter uma profissão que seria “natural” as tarefas e obrigações a serem cumpridas.

A identidade da professora aparece consolidada pela sociedade, que enxerga essa profissional como uma mulher organizada e polivalente, ou seja, se encarrega do trabalho dos mais diversos conteúdos, capaz de transmitir conhecimento de diferentes áreas de forma interdisciplinar (CAMPOS, 2012).

A qualidade dos programas de Educação Infantil depende de profissionais competentes para exercer esse trabalho. Porém, de que adianta competência se os caminhos para alcançá-la são tão controversos, onde temos uma referência de perfil pré-estabelecida e uma trilha comum na construção desse profissional (HADDAD, 2012).

Assim, homens e mulheres possuem características distintas, podendo exercer a mesma profissão só que de maneiras diferentes, porém ambos devem ser tratados com respeito e serem avaliados por base de uma mesma cobrança de um trabalho bem feito, para se evidenciar o profissionalismo e não a questão de gênero como fator de discrepância.

O mercado de trabalho se modificou drasticamente nas últimas décadas, não existe mais nenhuma profissão que se rotule apenas para um único gênero atuar. Onde as mais diversas profissões já foram alcançadas pelas mulheres, que se mostraram capazes de realizar o serviço que antes era considerado apenas masculino, incluindo cargos que gerenciam departamentos com subordinados do gênero masculino. E nada disso se tornou um problema, quando a competência profissional se faz presente, porém lembramos que ainda os salários são diferenciados conforme o gênero.

Devemos deixar claro que é importante existir as diferenças, que não se deve apagar as diferenças nem tentar diminuí-las. Porém, sem deixar de lado a questão da diferença, mas sim valorizando sua existência, utilizando tal fator como enriquecedor nas relações sociais, onde gênero não pode ser motivo para discriminações dentro do ambiente de trabalho ou qualquer outro meio.

Importante apontar o conceito do termo patriarcado, que nos remete a questão da supremacia dos homens nas relações sociais. Portanto, patriarcado trata-se do poder de uma autoridade religiosa masculina sobre seus subordinados, que se estende a supremacia dos homens sobre as mulheres nas relações sociais (MOORE).

Como todas as questões e princípios da sociedade, o fator dos papéis e perfis que se configuraram os indivíduos de uma comunidade, vem tomando outros formatos e locais. Onde a mulher ganhou seus espaços no mercado de trabalho e conquistou os mais altos níveis de escolaridade, diminuindo assim as desigualdades existentes entre homens e mulheres.

Existe uma distribuição diferente de homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e profissões, na distribuição do tempo e do espaço. Bem como na divisão desigual do trabalho doméstico entre os gêneros, onde a mulher é sobrecarregada segundo um dever materno. Mulheres que se dividem entre a esfera doméstica e a esfera profissional (HIRATA, 2007).

A luta das mulheres por espaços na sociedade não acabou, elas têm que estar a todo o momento provando que são capazes de realizar determinado serviço e que são merecedoras de respeito. Portanto cabe ao homem também lutar pelo seu espaço dentro da Pedagogia, quando se existe paixão por uma profissão é preciso quebrar paradigmas e provar a sociedade que mudanças estão ocorrendo e que ela se faz necessária para nossa evolução como ser humano.

A escola delimita espaços, através de suas regras e separações, colocam num lugar os meninos e em outro as meninas, os grandes e os pequenos. Diante de quadros e crucifixos aponta aqueles que serão os modelos e exclui aqueles que não conseguem se enquadrar nesse padrão (LOURO, 1997).

A escola é parte fundamental da construção de uma sociedade, pois é responsável por preparar cidadãos conscientes para conviver com as diferenças presentes no mundo atual. Porém vemos na escola a construção de atitudes preconceituosas, local que retrata discriminações ao se excluir tudo que se distingue do que foi estabelecido como “normal” para aquela instituição.

Diante de um processo histórico, social e político de feminização do magistério, definiu traços de uma prática docente e um perfil de profissional que perduram até hoje. Assim, o homem que se insere nessa área, se torna estranho diante de um perfil caracterizado apenas por mulheres, sendo passível de preconceitos e rejeições (DE ALENCAR, 2016).

Essa configuração de um perfil de professor de Educação Infantil ser caracterizado por feminina. Onde professores do gênero masculino são discriminados, sofrendo preconceitos que chegam a prejudicar o andamento do trabalho realizado. Deve-se problematizar essa questão e trabalhar os problemas gerados por ela, tratando-se de ir além das fronteiras do preconceito, tendo-se consciência que as questões de gênero, raça e religião, são temáticas que ajudam a formar cidadãos menos preconceituosos.

O professor do gênero masculino antes de qualquer identidade de gênero é um profissional da área da Educação e para tal deve ser tratado com todo o respeito e prestígio que tal profissão merece e que muitas vezes não é valorizada, muito menos respeitada, independente do gênero.

As próprias mulheres acabam por contribuir com as discriminações dentro da Educação, rotulando como uma profissão estritamente feminina, pois o patriarcado e o machismo estão de alguma forma presentes na forma como as mulheres concebem o mundo e as relações sociais.

3.1 QUESTÕES DE GÊNERO NA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

A disciplina Educação Física, pode ser usada como um grande exemplo, na qual as diferenças construídas socialmente, notadamente diferenças criadas a partir de uma configuração anatômica, acabam por separar meninos e meninas em grupos distintos durante a realização das aulas.

Segundo Louro (1997) na disciplina de Educação Física, a sexualidade é explícita, o domínio do corpo é evidente, o contato físico é maior estabelecendo assim uma relação muito mais próxima entre professor e aluno e entre os próprios alunos. Porém a união dos gêneros é mais evitada, sendo justificada para garantir a segurança das alunas, pois os jogos agressivos com muito contato físico, vão contra a feminilidade.

Segundo o estudo de Pereira (2014), a Educação Física se manifesta reprodutora de uma ideologia sexista, patriarcal e machista, reforçando a construção sociocultural do corpo masculino. Onde existe uma educação diferenciada que os indivíduos do gênero masculino recebem, refletindo em atitudes que condizem com o comportamento machista esperado pela sociedade.

Na Educação Física separações entre os gêneros ocorrem mais do que nas outras disciplinas do currículo escolar. Isso se configura por uma justificativa dos professores em afirmar que existem diferenças de habilidades físicas entre homens e mulheres. Mas podemos usar essas diferenças como fator enriquecedor do aprendizado, onde os meninos aprendem a controlar sua força e as meninas estimulem as habilidades motoras dos membros inferiores, trabalhando juntos com respeito às diferenças encontradas.

É responsabilidade do professor de Educação Física e de todo o corpo docente, saber lidar e procurar eliminar a discriminação e preconceitos que ocorrem na sala de aula, o que se reflete a atitudes que vão ocorrer fora dos muros da escola, numa sociedade que se faz reflexo dessa instituição que fecha os olhos as ocorrências, para não se incomodar com o diferente.

4. MASCULINIDADES

As atitudes tidas como masculinas se baseiam na competição, na busca insaciável pelo sucesso, pelo poder, transformam o homem em um ser agressivo, impulsivo, capaz de qualquer coisa para conquistar suas vontades. Esse comportamento é cobrado compulsoriamente e os homens estão submetidos a um processo constante de aprovação em sociedade, que a todo o momento deve ser aprovado ou reprovado pelos julgamentos de sociedade (BENTO, 2015).

A vida em sociedade leva as pessoas a reproduzirem comportamentos já existentes, repetindo situações, evidenciando padrões que são construídos socialmente. Assim, ao que interessa em nossa discussão, a construção social do gênero masculino constitui um sujeito grosseiro e capaz de manifestar atitudes violentas no intuito de demonstrar seu poder diante do “sexo frágil”, o gênero feminino que se configura submisso ao masculino.

Segundo Bento (2015), os estudos sobre os homens tentam compreender a prática social que está inserida, para entender como os homens se relacionam entre si, na construção do gênero. Assim podemos compreender que o cultural é a base sobre a qual se configura essa masculinidade, onde um modelo de masculinidade baseado na agressividade é específico de uma determinada cultura que se está inserido.

A inserção destes homens na prática pedagógica, se dá de maneira distinta segundo o nível de escolaridade em que atuam. Onde é comum um professor de ensino médio do gênero masculino, nas mais diversas disciplinas, das exatas as biológicas. Porém, quando observamos professores alfabetizadores, a realidade é outra, onde temos poucos indivíduos do gênero masculino atuando. O que nos remete ao questionamento primordial sobre essa área específica, o qual considera o gênero masculino uma barreira.

A representação das mulheres nas Series Iniciais e Educação Infantil, em termos de número e prestígio, é muito maior comparado aos homens. Porém alguns homens acreditam na inserção deles na área como fator importante na desconstrução de preconceitos construídos socialmente, uma atuação que se faz positiva para os pais entenderem que a educação tem espaço para todos (GONÇALVES, 2016).

A configuração de um padrão escolar com relação ao gênero se faz contraditória, onde se verificam duas interpretações, uma cuja ideia é de a escola ser puramente masculina e a outra que seja feminina. A configuração que se associa como masculina se dá pela escola ser responsável por transmitir conhecimento, o qual foi historicamente produzido e transmitido pelos homens. Já uma

dita configuração feminina se dá pelas relações escolares estarem próximas às relações familiares, baseadas no afeto e confiança, supostamente qualidades puramente femininas (GONÇALVES, 2016).

Quando a construção da estrutura de uma escola foi concretizada tanto por vertentes masculinas como femininas, onde une-se o conhecimento produzido por homens com as questões de afeto tão característica das mulheres, nos remete a apoiar ainda mais a união dos gêneros na construção de uma sociedade mais igualitária, que saiba aproveitar perfis distintos de gêneros distintos, sem reforçar padrões.

Segundo Alencar (2016), *“quebrar esse estigma cultural de gênero na atuação docente nas séries iniciais é desconsiderar os padrões impostos pela sociedade e vencer o preconceito. Desafios nesse âmbito são concretos e formam algumas das grandes barreiras que permeiam a atuação do professor homem nas séries iniciais em qualquer esfera social.”*

A questão do homem como chefe de família, o homem como chefe de governo, mestre de obra, presidente da empresa, ou seja, como responsável principal em muitos dos papéis que se configuram uma sociedade, dentro das características associadas à masculinidade hegemônica foi consolidada historicamente de tal forma que, quebrar essa configuração é muito mais difícil do que se imagina.

Diante das noções de masculinidades colocadas pela sociedade, a presença de homens em determinados espaços sociais é condenada. Exemplo disso, no que se refere à Educação Infantil, ocorrem tentativas de segregação que acontecem principalmente pelo fato de um professor do gênero masculino cuidar da higiene pessoal das crianças de zero a seis anos (MONTEIRO, 2014).

Manifestações de preconceito, ao se fazer um pré-julgamento de um professor atuando na Educação Infantil, por participar da higiene pessoal nas meninas, remete-nos ao grave julgamento de pedofilia, acusação que pode advir dessa expectativa que todos os homens estejam inquestionavelmente dentro de uma masculinidade que os coloca enquanto hiper-sexualizados todo o tempo, não importando a função que exerçam.

Durante os processos de transição histórica, sempre existem características das formações sociais, que ainda permanecem na nova configuração de sociedade, pois parte de nossos antepassados continuam vivendo na consciência das novas gerações. Assim, com relação à masculinidade não se faz diferente, onde ainda se verifica a permanência de características e valores medievais (OLIVEIRA, 2004).

Existe uma mudança histórica presente nas questões de masculinidade, porém muitas características ainda permanecem intactas. O passado não deve ser negado, nem desconsiderado quando se viveu períodos em que seus princípios eram incontestáveis. Porém, devemos nos valer do passado para construção de novos valores e atitudes que levem em conta as consequências nocivas

da masculinidade hegemônica em contextos como o da Educação Infantil, notadamente mais ocupado pelas mulheres.

Em outros tempos a masculinidade estava ligada ao sacrifício que levava a uma purificação pessoal. A base disso eram os ideais de liberdade, soberania, capacidade de resistência, entre outros, identificando a pátria, a terra natal e a nação. Havia uma apologia à força, onde os homens tinham que estar preparados fisicamente para usar da força em todas as situações que fossem necessárias (OLIVEIRA, 2004).

Portanto, vemos uma construção histórica de homem agressivo, onde era necessário mostrar força, para se afirmar como homem, fatos que não foram totalmente desconstruídos atualmente, onde existe grande presença de homens que se sentem ameaçados por manifestações de discriminação em sociedade, quando não apresentam atitudes ditatoriais, aparentando a sociedade serem menos homens que esperado.

Segundo Oliveira (1998), o papel social masculino entra em conflito com a demanda emocional versus o papel masculino opressor, onde o homem se vê obrigado a obedecer a um padrão que a sociedade construiu historicamente, com preceitos machistas, ou seja, o homem por mais que tenha uma característica de ser sensível, se vê obrigado a ser grosseiro para se reafirmar homem em sociedade.

Partindo de um contexto social, cultural, econômico e político. Em uma nova configuração de família, os homens além de fazerem parte das tarefas domésticas na organização do lar também começaram a se candidatar ao trabalho remunerado junto aos filhos dos outros, ao exercerem a profissão de pedagogos (FLORES, 2000).

Segundo a pesquisa de Gonçalves (2015), que identificou as representações sociais dos professores do gênero masculino na Educação Infantil, verificou que o trabalho realizado pelos docentes do gênero masculino é avaliado como positivo, não gerando problemas a escola e os demais envolvidos.

Portanto, vemos que o preconceito é responsável por afastar os homens da profissão de Educador Infantil, mostrando o quanto é importante a discussão que aqui se faz para se desconstruir papéis e eliminar preconceitos.

Segundo Oliveira (2006), “*O desenvolvimento pessoal e profissional de um professor é um processo complexo e tecido conforme ele se posiciona em relação a múltiplas e, por vezes, contraditórias situações.*”

O professor reflete muito antes de tomar a decisão de seguir uma carreira docente, mais a inserção na área não significa permanência nela, se sentem desmotivados, quando diariamente são obrigados a enfrentar manifestações preconceituosas devido questão gênero.

Ao nascer mulher, já se carrega uma série de preconceitos em sociedade, ao se nascer negro já se carrega uma série de discriminações históricas e atuais, porém pouco de fala do nascer homem,

o chefe, o líder, o forte, o agressivo e diante de todas essas características impostas, tem um professor do gênero masculino que precisa se reafirmar capaz de exercer uma profissão dominada pelas mulheres.

Diversos fatores desmotivam os professores em continuarem na profissão, desde salários baixos até indisciplina dos alunos serem recorrente. Além disso os professores do gênero masculino, carregam a responsabilidade de se reafirmar homens que são competentes para o cargo, sem se abater, mesmo quando as próprias colegas de trabalho têm atitudes de discriminação, como o fato de julgarem como homossexuais por atuarem nessa profissão.

Muitas vezes o professor quando ingressa na creche é colocado na sala com as crianças de menos idade, na intenção que desistam da profissão, para que vejam que as mulheres detêm o poder da instituição, ou ainda, colocam em salas que a indisciplina impera, no mesmo intuito de fazerem desistir da profissão (SAYÃO, 2015).

Os professores do gênero masculino na Educação Infantil, são profissionais que se encontram em constante reafirmação de suas competências docentes e de um desafio de estar a todo o momento comprovando aos pais das crianças que não são ameaças para integridade dos mesmos, pelo contrário, que são importantes no papel de formação deles (ALENCAR, 2016).

Um professor que se vê obrigado a comprovar sua competência diariamente, em meio a uma realidade de ensino complicada, onde se configura escolas sem materiais didáticos, com infraestrutura precária, alunos em situação de risco ameaçados pela própria família em que estão inseridos, dentre outros fatores, só vêm a contribuir com um quadro desmotivante ainda maior.

Diante disso, temos um professor do gênero masculino que além de provar sua competência, têm que a todo instante provar sua masculinidade, mostrando a pais de alunos e a colegas de trabalho, que não precisa ser menos homem para ser um bom profissional, que gênero, orientação sexual, religião e raça, são fatores que não vão rotular se é bom ou ruim aquele professor.

É preciso acabar com as ideias que; homem na educação é sinônimo de ameaça, que professor homem é homossexual, que por ser homem não possui perfil para trabalhar na área, que não é capaz de desenvolver um bom trabalho. Precisam ser reconhecidos pelo profissionalismo, como mediador do conhecimento e de todos os cuidados com as crianças (ALENCAR, 2016).

O professor deve ser tratado como profissional, uma pessoa que estudou, adquiriu conhecimentos específicos para trabalhar na área da Educação, um ser que tem formação continuada, que se atualiza, pesquisa, questiona sua prática e busca realizar seu melhor na realização de seu trabalho.

A ideia de que os homens são incapazes de expressar emoções: de chorar, de amar, de ser carinhosos, entre outras (que recordamos serem características relacionadas ao “gênero oposto”, dentro do binarismo de gênero.). Caracteriza um homem machista, opressor, dominador, duro,

onde, expressões de força e violência são comuns. Manifestações decorrentes de fragilidade e insegurança (OLIVEIRA, 1998).

O homem que deve demonstrar uma série de atributos associados à masculinidade para ser considerado homem, é um papel que cada vez mais mostra suas fragilidades e que não se verifica tão hegemônico como pode ter sido. Quando a masculinidade não é mais expressa através de manifestações de violência, se um homem pode chorar e realizar demonstrações públicas de amor, sem ser considerado menos homem por isso. São reconstruções feitas pela sociedade, responsáveis por uma nova configuração de masculinidade que não repudia o professor do gênero masculino na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Discriminações, manifestações de preconceitos, violência, e danos no geral causados as mulheres são reconhecidas, falados, defendidos e colocados para estudo no intuito de minimizar ou acabar com tais situações. Porém quando nos referimos àqueles danos causados aos homens, principalmente aqueles que se encaixam na masculinidade hegemônica, não são tão discutidos para eventuais soluções.

A masculinidade hegemônica está centrada na dominação e no poder presente no patriarca, que possui seus subordinados, configurando uma imposição de direitos e deveres para uma saudável convivência. Assim, tal conceito, caracterizou uma permanência, impossibilitando uma construção de gênero possível de ser problematizada (BOTTON, 2007).

Portanto, se faz necessário a realização de mais estudos como este, e mais pesquisas quantitativas na área, a fim de se discutir possíveis soluções para os problemas apresentados, que destroem sonhos de professores do gênero masculino, que poderiam fazer um excelente trabalho, mas se veem pressionados a provar sua masculinidade, para se obter uma visão de profissional respeitado, sem menosprezar sua imagem de homem, ao rotular como homossexual por ter escolhido a profissão de pedagogos.

Estudos que nos façam entender o que estaria por trás disso tudo, quando a sociedade toda é construída sobre preconceitos masculinos dentro do patriarcado, onde o trabalho na Educação Infantil se tornou um trabalho “puramente feminino”, e os homens foram excluídos a ponto de sofrerem discriminação ao tentar exercer a profissão.

5. CONCLUSÕES

Os papéis construídos pela sociedade nos remetem a configuração de perfis para determinada função a ser exercida, no qual, o gênero é determinante nessa construção. Cabe à população compreender que construções sociais estão em constante modificação, fazendo com que seja uma evolução da humanidade, quando modificações ocorrem devido às adaptações ao mundo atual.

O perfil de um profissional da Educação Infantil e das séries iniciais do Ensino Fundamental é configurado pela presença exclusiva das mulheres, assim, quando o gênero masculino se faz presente, manifestações de preconceito acontecem devido à população negar aquilo que é diferente do que foi padronizado historicamente.

A representação do homem em sociedade se manifesta como indivíduo machista, que coloca o gênero masculino como superior ao feminino, capaz de provar seu poder através de atitudes de violência contra o que para ele seria um ser inferior e frágil, as mulheres.

A masculinidade como imposição do homem sobre a mulher no que diz respeito aos homens que impõem poder sobre mulheres e crianças, ao terem atitudes de violência, refletem em agressões às esposas e namoradas e ações de pedofilia. Casos que por vezes são isolados e acabam por generalizar todo um quadro masculino presente em comunidade e instituição escolar.

É importante considerar que homens e mulheres devem passar por um processo de formação profissional para atuarem na Educação Infantil ou nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Onde ambos são avaliados pela coordenação pedagógica, quanto ao trabalho desenvolvido e se está sendo exercida uma competência que o cargo exige.

Portanto independe o gênero do professor atuante, quando estamos falando de desenvolvimento infantil e aprendizado das crianças. Quando se existe uma afirmação da instituição em aceitar a todos pelas suas diferenças e que elas fazem parte do aprendizado na troca de conhecimentos, sendo de fundamental importância a presença de homens, mulheres, pessoas LBGT e pessoas de qualquer religião, dentro do âmbito escolar.

O aprendizado deve ser o enfoque do ensino, quando este está acontecendo num processo de ensino que é ministrado por um profissional. Por isso, não importa o gênero do profissional, quando temos como resultado o aprendizado dos alunos e o seu desenvolvimento físico, intelectual, social e cognitivo.

6. REFERÊNCIAS

- ARCE, Alessandra. **Documentação oficial e o mito da educadora nata na educação infantil.** Cadernos de pesquisa, v. 113, p. 167-184, 2001.
- BENTO, Berenice. **Homem não tece a dor, queixas e perplexidades masculinas.** EDUFRN, 2. Ed. Natal, 2015.
- BOTTON, Fernando Bagiotto. **As masculinidades em questão: uma perspectiva de construção teórica.** Revista Vernáculo, v. 1, n. 19/20, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Rio de Janeiro: Bestbolso, 2014.
- BUTLER, Judith. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”.** In: LOURO, G.L.(org.) **O corpo educado: pedagogias da sexualidade.** Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p.151-172.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: civilização Brasileira. 2003.
- CAMPOS, Maria Malta. **Educar crianças pequenas: em busca de um novo perfil de professor.** Retratos da Escola, v. 2, n. 2/3, 2012.
- DE ALENCAR, João Paulo Almeida et al. **O professor homem na educação infantil: refletindo sobre gênero.** Revista Includere, v. 2, n. 1, 2016.
- EUGÊNIO, Benedito G. **Processos de constituição profissional de professores homens nas séries iniciais.** *Práxis Educacional* 4.5 (2008).
- FLORES, Maria Luiza Rodrigues. **Conversando com educadoras e educadores de berçário: relações de gênero e de classe na educação infantil.** 2000.
- GONÇALVES, Josiane Peres; CAPRISTO, Zenaide Ribeiro Neto; DE MATOS FERREIRA, Verônica Caroline. **Professores Homens na Educação Infantil: aceitação e receio dos familiares que vivenciam essa experiência.** Pesquisa em Foco, v. 20, n. 2, 2015.
- GONÇALVES, Josiane Peres; DE CARVALHO, Viviane de Souza Correia. **Estudo das Representações Sociais de Professores Homens de Mato Grosso do Sul Sobre o Trabalho Realizado com Crianças.** Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero, v. 7, n. 2, 2016.
- GRAUPE, Mareli; BRAGAGNOLLO, Regine. **As Diferenças de Gênero no Espaço Escolar.** Florianópolis: Instituto de Estudos de Gênero / Departamento de Antropologia / Centro de Filosofia e Ciências Humanas / UFSC, 2015. Livro didático.

HADDAD, Lenira; CORDEIRO, Maria Helena; MONACO, Grégory Lo. **As tarefas do professor de educação infantil em contextos de creche e pré-escola: buscando compreender tensões e oposições.** Educação & Linguagem, v. 15, n. 25, p. 134-154, 2012.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho.** Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

JESUS, Jaqueline Gomes. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos.** Brasília, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação.** Uma perspectiva pós-estruturalista. Vozes, Petrópolis – RJ, 1997.

MACHADO, LiaZanotta. **Masculinidades e Violências. Gênero e mal-estar na sociedade contemporânea.** Brasília, 2001.

MELLO, Maria Aparecida. **A educadora de creche: construindo suas identidades.** Educação & Sociedade, v. 25, n. 86, p. 255-259, 2004.

MONTEIRO, Kubilius Mariana; ALTMANN, Helena. **Homens na Educação Infantil: olhares de suspeita e tentativas de segregação.** Cadernos de Pesquisa, v.44 n.153 p.720-741, 2014.

MOORE Jr. Barrington. **As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia.** Acesso em: <http://www.infoescola.com/sociedade/patriarcalismo/>

NOGUEIRA, Conceição. **Feminismo e discurso do gênero na psicologia social.** Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho. Braga, Portugal, 2001.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. **Discursos sobre a masculinidade.** Estudos Feministas, v. 6, n. 1, p. 91, 1998.

OLIVEIRA, Pedro Paulo. **A construção social da masculinidade.** Editora UFMG, 2004.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de et al. **Construção da identidade docente: relatos de educadores de educação infantil.** Cadernos de pesquisa, v. 36, n. 129, p. 547-571, 2006.

PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica.** História. São Paulo, v.24, n1, p.77-98, 2005.

PEREIRA, Erik Giuseppe; FERNANDES FILHO, José. **A construção das masculinidades: os discursos e as imagens na educação física infantil.** InterSciencePlace, v. 1, n. 8, 2014.

RABELO, Amanda. **Professores homens nas series iniciais: escolha profissional e mal-estar docente.** Educação e Realidade, 2010.

SAYÃO, Deborah Thomé. **Pequenos Homens, Pequenas Mulheres? Meninos, Meninas? Algumas questões para pensar as relações de gênero e infância.** Pro-Posições, v.14, n.3, p. 67-87, 2016.

SAYÃO, Deborah Thomé. **Relações de gênero e trabalho docente na educação infantil: um estudo de professores em creche.** Programa de Pós-Graduação em Educação, doutorado, UFSC, Florianópolis, Brasil, 2005.

TILLY, Louise A. **Gênero, História das mulheres e história social.** Cadernos Pagu (3)1994: pp29-62.

WELZER-LANG, Daniel. **A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia.** Red Revista Estudos Feministas, 2000.